

efeitos financeiros a partir de 02 de fevereiro de 2015, conforme a seguir:

I. Enquadramento automático - art. 61 da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e Portaria nº 1622/1996, de 19 de dezembro de 1996:

Situação anterior

Situação nova

Agente Administrativo ANM-23

Assistente de Administração Judiciária AJU/ADO 26

II. Enquadramento por descompressão – art. 61 da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e Portaria nº 1622/1996, de 19 de dezembro de 1996:

Situação anterior

Situação nova

Assistente de Administração Judiciária AJU/ADO 26

Assistente de Administração Judiciária AJU/ADO 28

III. Enquadramento automático - Lei estadual nº 13.551, de 29.12.2004, e Portaria nº 583/2005, de 13.06.2005:

Situação anterior

Situação nova

Assistente de Administração Judiciária AJU/ADO 28

Analista Judiciário Adjunto AJ-18

IV. Enquadramento automático – Lei estadual nº 13.771, de 18.05.2006, e Portaria nº 544/2006, de 29.06.2006.

Situação anterior – Lei nº Situação anterior - Lei nº Situação nova

12.483/1995

13.551/2004

Assistente de Administração

Analista Judiciário Adjunto AJ-18

Analista Judiciário Adjunto AJ-26

Judiciária AJU/ADO 28

V. Enquadramento automático - Lei estadual nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, e Portaria nº 522/2011, de 18.04.2011.

Situação anterior

Situação nova

Analista Judiciário Adjunto AJ-26

Técnico Judiciário SPJNMA04

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de fevereiro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 275/2015

Dispõe sobre o retorno e a cessão de servidor para o Poder Executivo estadual

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o retorno, a partir de 1º de fevereiro de 2015, do servidor INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA, Técnico Judiciário, matrícula nº 93676, junto a este Tribunal de Justiça, uma vez que se encontrava afastado para o exercício de mandato eletivo.

Art. 2º Autorizar a cessão do referido servidor para o Poder Executivo do Estado do Ceará para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, símbolo SS-1, a partir de 02 de fevereiro de 2015, com ônus do cargo efetivo para o órgão de origem, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e/ou Administrativa celebrado entre o Poder Judiciário e o Governo do Estado do Ceará.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de fevereiro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 228/2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão do Tribunal Pleno, na Sessão nº 3/2015-TJ, de 05 de fevereiro de 2015, ao apreciar a solicitação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TRE,

RESOLVE designar o Dr. HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO e FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO, Juizes titulares, respectivamente, da 1ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza e do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Quixadá, para, com prejuízo de suas atribuições exercer as funções de Juizes Auxiliares da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral – TRE, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 06 de fevereiro de 2015.

Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

PRESIDENTE

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA Nº 297/2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista a decisão do Tribunal Pleno, na Sessão nº 03/2015-TJ, de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE designar o Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO para presidir a Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Poder Judiciário Estadual durante o biênio 2015/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.